



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 73, DE 2016

(nº 396/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 396

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Os méritos do Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

Aviso nº 452 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

CPF.: 599.872.197-72

ID.: 7754 MRE

1955 Filho de Renato Machado e Zilda Machado, nasce em 17 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1977 Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1979 CPCD - IRBr
1982 Direito do Mar e Direito Econômico Internacional, Academia de Direito Internacional da Haia
1986 CAD - IRBr
2000 CAE - IRBR, A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
1982 Segundo-Secretário
1989 Primeiro-Secretário, por merecimento
1995 Conselheiro, por merecimento
2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1980-81 Divisão das Nações Unidas, assistente
1981-85 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
1983 Instituto Rio Branco, Professor assistente de Direito Constitucional
1985-86 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente
1986-89 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
1989-92 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro-Secretário
1992-94 Departamento do Meio Ambiente, assessor
1995-96 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, Chefe
1996-99 Embaixada em Washington, Conselheiro
1999-2002 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
2002-04 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
2004-05 Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro
2005-11 Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
2011-13 Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia
2013 Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Representante Permanente
2013-14 Ministro de Estado das Relações Exteriores
2014- Embaixada do Brasil em Washington, Embaixador

Condecorações:

1995	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1995	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1996	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1998	Medalha do Pacificador, Brasil
2011	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTUGAL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE PORTUGAL	
NOME OFICIAL:	República Portuguesa
GENTÍLICO:	português / portuguesa
CAPITAL:	Lisboa
ÁREA:	92 mil km ²

POPULAÇÃO:	10,41 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (84,5%); nenhuma (13%); outras religiões cristãs (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Republicano Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Assembleia da República)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Marcelo Rebelo de Sousa
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro António Costa
CHANCELER:	Augusto Santos Silva
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 199,08 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 289,79 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 19.122
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2015)	US\$ 27.835
VARIAÇÃO DO PIB	-1,13% (2013), 0,91% (2014), 1,47 (est. 2015), 1,40 (est. 2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,83 – muito elevado (43º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014)	80,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	95,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (est. 2016)	11,56%
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Francisco Ribeiro Telles
BRASILEIROS NO PAÍS	116.271

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ milhões). Fonte: MDIC

Brasil → Portugal	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	482,6	705,8	774,7	1.253,6	2.146,0	1.711,5	2.891,2	1.948,2	1.632,1
Exportações	331,5	507,7	631,3	1.021,4	1.804,9	1.276,9	2.055,1	854,4	822,1
Importações	151,1	198,1	143,4	232,2	341,1	434,6	836,1	1.087,8	809,9
Saldo	180,4	309,6	487,9	789,1	1.463,8	842,3	1.219,0	-233,4	12,2

Informação elaborada em 27/06/2015 pelo TS Carlos Augusto de Carvalho Dias. Revisada pelo PS Daniel Afonso da Silva, em 28/06/2016.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República Portuguesa

O Presidente eleito no último dia 25 de janeiro nasceu em Lisboa, em 12 de dezembro de 1948, filho de um médico e de uma assistente social. O pai, Baltazar Rebelo de Sousa, foi, entre 1970 e 1974, ministro de Saúde e Assistência, das Corporações e da Previdência Social e do Ultramar.

Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual é professor catedrático, desenvolveu também carreira no jornalismo, tendo sido diretor do jornal "Expresso" (1980-1983) e comentarista político em canais de televisão (2000-2015). Casado, tem dois filhos e cinco netos.

Milita no Partido Social-Democrata (centro-direita) desde 1974, ano da Revolução dos Cravos. Presidiu o partido entre 1996 e 1999. Exerceu as funções de: Deputado Constituinte (1975); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1981); Ministro dos Assuntos Parlamentares (1982); Deputado Europeu (1997-1999); Conselheiro de Estado (2000-2001 e 2006-2016).



António Luís Santos da Costa

Primeiro-Ministro

Nasceu em 17 de julho de 1961, em Lisboa. Pelo lado paterno, descende de família brãmane goesa convertida ao catolicismo no século XVI. Graduou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e fez pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa.

Filiou-se à Juventude Socialista em 1975, aos 14 anos. Em novembro de 2014, tornou-se Secretário-Geral do Partido Socialista (PS). Exerceu as funções de Deputado (1991-2009), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1995-1997), Ministro dos Assuntos Parlamentares (novembro de 1997), Ministro da Justiça (1999-2002), líder da bancada do PS na Assembleia da República (2002-2004), Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005), Ministro de Estado e da Administração Interna (2005-2007) e Prefeito de Lisboa, por três mandatos (2007-2015).

Em 1989, foi um dos responsáveis pela negociação da aliança entre o PS e o Partido Comunista Português (PCP), que conduziu Jorge Sampaio à Prefeitura de Lisboa (1989-2001). Para construir a maioria que viabilizou sua indicação à Chefia de Governo, obteve o apoio do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), além de lograr mobilizar seu partido em torno dessa aliança à esquerda.

Esteve no Brasil em várias ocasiões, a última em abril de 2014, quando visitou obras de infraestrutura para a Copa do Mundo e empresas, além de encontrar-se com membros da comunidade portuguesa em São Paulo. Entre seus projetos para os países de língua portuguesa, destaca-se a proposta de criação de espaço lusófono de livre circulação de cidadãos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre Brasil e Portugal passa por momento de fluidez, decorrente do equacionamento de problemas migratórios, do elevado fluxo de visitas bilaterais, bem como da ausência de contenciosos comerciais. O bom momento do relacionamento é marcado também pela crescente cooperação em ciência, tecnologia e inovação, bem como pelo incremento, nos últimos anos, dos investimentos mútuos.

A Presidente Dilma Rousseff realizou visita a Lisboa em junho de 2013, ocasião na qual foi realizada a XI Cimeira bilateral, encontro entre os Chefes de Governo dos dois países. Dentre os resultados concretos da visita presidencial, registre-se a assinatura de acordo entre universidades brasileiras e portuguesas, com vistas à facilitação do reconhecimento de títulos e diplomas nas áreas de arquitetura e engenharia.

O Presidente da República, em exercício, Michel Temer, visitou Portugal, na função de Vice-Presidente, em abril de 2015. Na ocasião, reuniu-se com o então Presidente Aníbal Cavaco Silva, com o então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e com o então Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas. Participou, ainda, de seminário empresarial.

O comércio bilateral tem mantido, em geral, dinamismo, a despeito do quadro de crise econômico-financeira internacional. O volume do comércio bilateral alcançou, em 2015, EUR 1,4 bilhão (-4,94% em relação a 2014). As importações foram de EUR 860 milhões (-0,56%) e as exportações EUR 569,3 milhões (-10,9%). O déficit português atingiu EUR 291 milhões.

O Brasil é o 11º parceiro de Portugal, como vendedor e como comprador. Para o Brasil, Portugal está em 40º lugar entre os parceiros. Os principais produtos exportados para o Brasil são azeite de oliveira (26,2% do total), partes e peças de veículos (14,3%), maçãs, peras e marmelos frescos (6,6%), vinhos (5,1%), peixe congelado (4,1%), peixes secos e salgados (3%) e minério de cobre (2,4%). Os principais produtos importados do Brasil são petróleo (24,4% do total), soja (19,7%), laminados planos de ferro ou aço (8,9%), milho (4,8%), aviões (3,6%), polímeros em formas primárias (2,9%) e tabaco não manipulado (2,8%).

Os investimentos brasileiros em Portugal atingiram o valor recorde de US\$ 4,3 bilhões em 2014 e as inversões portuguesas somaram US\$ 3,1 bilhões naquele ano. Estima-se haver, atualmente, cerca de 600 empresas de capital português atuando no Brasil.

No plano externo, há convergência de posições nos foros multilaterais, sobretudo com respeito à necessidade de reforma das instituições políticas e financeiras internacionais. Portugal já reiterou, em diversas ocasiões, a necessidade de reforma do Conselho de Segurança que inclua o Brasil como membro permanente.

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal ainda não foi constituído no Congresso brasileiro para a 55ª Legislatura (2015-2018).

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se em 116.271 o número de brasileiros em Portugal. Cerca de 16.000 seriam imigrantes indocumentados. Há 308 brasileiros presos, cumprindo pena ou aguardando julgamento.

As demandas são diversas, mas concentram-se em serviços consulares (melhoria do atendimento, diminuição dos emolumentos consulares e mudanças nos meios de pagamento disponíveis), em questões trabalhistas e previdenciárias, especialmente na execução do Acordo Previdenciário Brasil-Portugal (fim da cobrança

de 25% de Imposto de Renda sobre aposentadorias pagas pelo INSS) e no enfrentamento do tráfico de pessoas e da violência doméstica.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando Portugal.

POLÍTICA INTERNA

O atual governo do Partido Socialista (PS), apoiado no Parlamento pelos partidos de esquerda (Bloco de Esquerda – BE –, Partido Comunista Português – PCP – e Partido Ecologista "Os Verdes") e empossado em 26 de novembro de 2015, constitui composição inédita no sistema político português. Desde a redemocratização, as funções executivas haviam sido exercidas unicamente pelos partidos do chamado "arco da governabilidade", que incluía as forças de centro-esquerda (Partido Socialista), centro (Partido Social-Democrata – PSD) e centro-direita (Centro Democrático Social-Partido Popular – CDS-PP).

Nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015, nenhum dos partidos obteve maioria absoluta. O Presidente Cavaco Silva reconduziu Pedro Passos Coelho, líder do partido com maior votação (PSD, em coligação com o CDS, com 38,5% dos votos), à Chefia do Governo. A Assembleia da República, no entanto, integrada majoritariamente pelos partidos de centro-esquerda e esquerda (122 dos 230 deputados), aprovou moção de rejeição ao programa de governo apresentado pelo PSD, acarretando a demissão do XX Governo Constitucional, que durou menos de um mês.

O Presidente Cavaco Silva, impossibilitado de convocar novas eleições, viu-se obrigado a dar posse a António Costa, após o PS firmar “acordos de incidência parlamentar” com os partidos de esquerda.

A aliança entre o PS e os partidos de esquerda tem demonstrado sua força em diferentes ocasiões: a eleição do Presidente da Assembleia (Ferreira Rodrigues, do PS, embora a maior bancada individual seja a do PSD); a aprovação do programa do governo; e a aprovação do orçamento de 2016, o primeiro orçamento do Estado português aprovado com votos favoráveis do PCP e do Bloco de Esquerda.

POLÍTICA EXTERNA

O novo Chanceler, Augusto Santos Silva, tem propugnado voz mais ativa da diplomacia portuguesa nos foros de que participa e a valorização institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O alcance desse segundo objetivo tem sido

facilitado por sua precedência entre os Ministros – sendo considerado a segunda figura do Governo, após o Primeiro-Ministro António Costa.

O Chanceler Santos Silva tem reiterado a vocação histórica de Portugal, ainda muito viva na identidade nacional, de estabelecer pontes entre a Europa e os outros continentes, manifestando a intenção de trabalhar pelo aprofundamento das relações com o Mediterrâneo e o Norte da África e com o Atlântico Sul – tanto América Latina como África Ocidental.

Em consonância com as supracitadas diretrizes gerais, apresentou nove objetivos específicos de sua gestão à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros: (i) participação mais ativa na construção europeia; (ii) reforço dos vínculos norte-atlânticos; (iii) fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); (iv) internacionalização da economia portuguesa; (v) promoção da língua portuguesa; (vi) modernização da relação com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro; (vii) aprofundamento da cooperação internacional; (viii) relançamento da ação externa em contexto multilateral; (ix) valorização e consolidação da rede diplomática, consular e comercial.

A participação na União Europeia continua sendo a dimensão essencial da estratégia de desenvolvimento do país. Superada a fase mais aguda da crise financeira (o programa de resgate foi concluído em maio de 2014, sem que tenha sido necessário solicitar recursos adicionais), Portugal tenciona adotar atitude mais assertiva nas discussões comunitárias. Nesse sentido, tem sido encarecida a necessidade de respostas articuladas a desafios enfrentados pela União Europeia em três planos distintos: institucional (déficit democrático e de participação popular); econômico-financeiro (retomada do crescimento e do emprego); de cidadania, justiça, segurança e direitos (terrorismo e refugiados).

Quanto ao terceiro aspecto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem defendido o resgate da Europa como “espaço de liberdade e direitos, pluralismo e diversidade”, cobrando empenho de todos os países na busca de soluções que facultem conciliar a agenda social e humanitária da integração – livre circulação, políticas de vizinhança, cooperação e apoio ao desenvolvimento e políticas de asilo e acolhimento de refugiados – com a agenda de segurança – controle das fronteiras externas da União e luta contra o terrorismo.

A vertente atlântica da política externa portuguesa mantém-se importante, e aparece no discurso ao mesmo tempo como vocação histórica e como oportunidade para o futuro. Sobre esse eixo da política externa assenta a ideia de que Portugal estaria no centro geográfico de qualquer parceria transatlântica bem-sucedida e, em consequência, teria sua importância geopolítica incrementada. Portugal mantém firme interesse nas negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP), bem como

participação engajada nas cúpulas ibero-americanas. No plano das relações bilaterais com os EUA, Portugal busca solução para a questão relativa à decisão norte-americana de reduzir a presença militar na Base das Lajes, nos Açores. Atualmente, os norte-americanos arcam com a totalidade dos custos de manutenção da base (cerca de EUR 9 milhões por ano).

O eixo lusófono é considerado prioritário por Portugal, à medida que o credencia, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões.

A atenção dispensada à CPLP é enfatizada, em 2016, por meio de propostas para a dinamização da Comunidade, no marco de seus 20 anos de criação. Portugal tem demonstrado interesse em promover o aprofundamento do diálogo político-diplomático na Comunidade, o "enriquecimento" do estado de Observador Associado e iniciativas para as comunidades da diáspora que têm como língua de herança ou materna o português. O país esforça-se para promover a língua portuguesa como "língua global", caracterizando-a como "porta de entrada" para a comunicação, cooperação e negócios.

Além das vertentes já referidas, Portugal dedica especial atenção ao desenvolvimento das relações com o Mediterrâneo e com o norte da África, seu entorno geográfico. Os países do Magrebe são considerados prioritários, tanto do ponto de vista do relacionamento econômico-comercial, quanto pelas considerações de segurança do continente europeu. Portugal mantém encontros de cúpula regulares com Marrocos (segundo maior parceiro comercial de Portugal na África), Argélia e Tunísia. Portugal ocupou a copresidência do "Diálogo 5+5" entre maio de 2013 e maio de 2015. O mecanismo, informal, reúne Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Tunísia, Espanha, França, Itália, Malta e Portugal. Ao longo dos dois últimos anos, realizou debates sobre migrações, terrorismo e interconexão energética.

As fortes relações políticas e econômicas de Portugal com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) têm contribuído, em parte, para a recuperação da economia portuguesa, inclusive no que respeita à acolhida, por esses países, de fluxos emigratórios de Portugal. Em gesto tido em Lisboa como simbólico, o Primeiro-Ministro António Costa realizou sua primeira visita internacional a Cabo Verde, em janeiro passado. A par da tradicional prioridade conferida aos PALOP, Lisboa tem dado mostras de interesse em aprofundar as relações bilaterais com outros países africanos, tais como Nigéria, Gana, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo e Zimbábue, com vistas a reforçar seu papel como um dos principais atores na elaboração das políticas da União

Europeia para aquele continente. Em janeiro passado, o Chanceler Santos Silva participou da XXVI Cúpula da União Africana, em Adis Abeba.

O interesse de Portugal em intensificar suas relações econômicas e políticas com a América Latina foi demonstrado com a admissão do país, em maio de 2013, como observador da Aliança do Pacífico, bem como por intensa troca de visitas bilaterais nos dois últimos anos. Os Presidentes da Colômbia, do Peru e do México visitaram Lisboa. O então Presidente Cavaco Silva esteve em Bogotá, Lima e Cidade do México (onde participou da XXIV Cúpula Ibero-americana). A Venezuela é caso especial, por contar com a segunda maior comunidade de origem portuguesa na América do Sul, depois do Brasil. São cerca de 700 mil luso-descendentes, o que faz da Venezuela parceiro importante na região.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia portuguesa tende a seguir em lenta recuperação. O Fundo Monetário Internacional, o Banco de Portugal e a Comissão Europeia prevêem crescimento do PIB entre 1 e 2% em 2016. O Conselho de Finanças Públicas, por sua vez, prevê crescimento de 2,1%. O desemprego deve manter-se em dois dígitos. A inflação baixa e a queda do preço do petróleo dificultam a retomada econômica. Mantendo ação anticíclica, o Banco Central Europeu (BCE) prolongou até março de 2017 a compra de títulos, a despeito de movimento mais restritivo do Banco Central dos Estados Unidos (FED). A tendência é que os juros permaneçam baixos em Portugal e na Europa como um todo, ao longo do ano corrente.

Portugal não conseguiu, em 2015, reduzir seu déficit nominal abaixo de 3% do PIB, principalmente em função da liquidação e venda do banco Banif. A Comissão Europeia terá de estipular novas metas para diminuição do desequilíbrio orçamentário, de modo a cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). De acordo com as regras vigentes, o descumprimento dos objetivos do déficit fiscal pode provocar sanções de até 0,2% do PIB.

RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL

A corrente de comércio bilateral no primeiro trimestre do ano atingiu EUR 388 milhões, mais 13% do que no trimestre anterior. Houve forte incremento de vendas de aeronaves, EUR 98,2 milhões, que correspondem a 38% do total exportado para Portugal.

Com relação aos fluxos de investimento, verificou-se aumento em ambas as direções: o investimento português no Brasil foi de EUR 153,6 milhões, quase dez vezes

mais o valor verificado no período análogo de 2015, de EUR 17,3 milhões. De igual modo, o investimento brasileiro em Portugal atingiu EUR 239,1 milhões, contra os EUR 15,1 milhões investidos no primeiro trimestre de 2015. Dessa forma, o estoque de investimentos brasileiros em Portugal no final do primeiro trimestre deste ano era de EUR 2.702,5 milhões, valor que representa 2,1% do total naquele país, enquanto o de investimentos portugueses no Brasil era de EUR 3.200,6 milhões, 3,9% do estoque de investimentos portugueses no exterior no final do período considerado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

29 a.C	Lusitânia é integrada ao Império Romano
411	Invasões bárbaras na Península Ibérica
711	Invasões muçulmanas na Península Ibérica
1093	Afonso VI de Leão e Castela entrega a D. Henrique de Borgonha o Condado Portucalense
1128	D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique, ganha a Batalha de São Mamede contra as tropas de D. Teresa, sua mãe. Declara o Condado Portucalense principado independente
1139	Batalha de Ourique - D. Afonso Henriques vence tropas Mouras e proclama o Reino Independente de Portugal, reconhecida por Castela em 1143
1279-1325	Reinado de D. Dinis, o “Pai da Pátria”
1415	Conquista de Ceuta; inicia-se a Era dos Descobrimentos
1498	Chegada de Vasco da Gama às Índias
1500	Chegada de Pedro Álvares Cabral ao nordeste do atual território brasileiro.
1511-1542	Chegada dos portugueses à Indochina, à Indonésia, à China e ao Japão
1580-1640	Com a morte de D. Sebastião, trono português passa à Coroa Espanhola
1750-1777	Marquês de Pombal promove o “despotismo esclarecido” em Portugal
1807	Invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte
1808	Família Real se estabelece no Brasil
1820	Revolução liberal do Porto
1822	Independência do Brasil
1828-1834	Guerra Civil Portuguesa – D. Pedro IV vence seu irmão, D. Miguel, e entrona sua filha, D. Maria II, Rainha de Portugal
1910	Deposição de Manuel II e criação da República Portuguesa
1926-1933	Ditadura militar
1928	António de Oliveira Salazar é nomeado Ministro de Finanças
1932	Salazar passa a acumular a Pasta de Finanças com a Chefia do Governo
1933	Promulgação da Constituição Estado-Novista
1949	Portugal, neutro na II Guerra Mundial, ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

1961	Eclode a Guerra de Independência de Angola; tropas indianas invadem Goa, Damão e Diu; início da “Guerra Colonial Portuguesa”
1974	Revolução dos Cravos
1975	Independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.
1976	Nova Constituição, que instaura oficialmente a III República.
1986	Portugal adere à União Europeia
1999	Portugal adere ao Euro; cede Macau à China
2006	Cavaco Silva elege-se Presidente da República Portuguesa.
2009	Portugal mergulha em grave crise financeira
2011	Reeleição do Presidente Cavaco Silva. Início do XIX Governo Constitucional de Portugal, chefiado pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho. Portugal pede ajuda ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional.
2012	Agências de classificação de risco de crédito rebaixam Portugal ao nível BBB- (<i>junk status</i>); servidores públicos realizam greve-geral de 24 horas em protesto contra medidas de austeridade do Governo Passos Coelho.
2015	António Costa (Partido Socialista) torna-se Primeiro-Ministro, com o apoio de partidos de esquerda.
2016	Marcelo Rebelo de Sousa é eleito presidente, sucedendo Cavaco Silva.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1500	Chegada ao atual território brasileiro do navegador Pedro Álvares Cabral.
1530	Início da colonização do Brasil por Martim Afonso de Souza.
1549	Tomé de Souza é nomeado Governador-Geral do Brasil.
1560-1615	Luso-brasileiros repelem invasões francesas no Brasil.
1647	Luso-brasileiros repelem invasões holandesas no Brasil.
1808	Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil; abertura dos Portos às nações amigas marca fim do monopólio econômico colonial português.
1815	Brasil elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e a Algarves.
1822	Independência do Brasil.
1825	Brasil e Portugal assinam Tratado de Paz e Aliança; reconhecimento da independência do Brasil.
1953	Celebração do Tratado de Amizade e Consulta.
1991	I Cimeira Luso-Brasileira.
1995	II Cimeira Luso-Brasileira.
1997	III Cimeira Luso-Brasileira.
1999	IV Cimeira Luso-Brasileira.
2000	Celebração do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, em 22 de abril, no contexto das comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses à costa brasileira.

2001	V Cimeira Luso-Brasileira.
2002	VI Cimeira Luso-Brasileira.
2004	VII Cimeira Luso-Brasileira.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e realização da VIII Cimeira Brasil-Portugal.
2008	Visita ao Brasil do Presidente Cavaco Silva, na comemoração do Bicentenário da Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro; IX Cimeira Brasil-Portugal.
2009	Visita do Ministro Celso Amorim a Lisboa.
2010	Visita do Presidente Lula a Portugal e realização da X Cimeira Brasil-Portugal.
2011	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Coimbra e Lisboa (março). Visita do Primeiro-Ministro Passos Coelho e do Presidente Cavaco Silva ao Brasil (outubro).
2012	Visita do Chanceler Paulo Portas ao Brasil (maio). Visita do Primeiro-Ministro Passos Coelho para a Conferência Rio+20 (junho). Visita do Vice-Presidente Michel Temer a Portugal (dezembro).
2013	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Portugal (junho), ocasião em que é realizada a XI Cimeira Luso-brasileira.
2015	Visita do Vice-Presidente Michel Temer a Portugal.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Lisboa, em março, por ocasião de Reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de Celebração	Entrada em Vigor Internacional	Publicação
Ajuste Administrativo para a Aplicação do Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	28/12/2015	28/12/2015	24/02/2016
Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	09/08/2006	01/05/2013	09/05/2013

Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão para as Áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009	23/11/2005	01/01/2006	20/12/2005
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	29/10/2005	01/11/2008	18/12/2008
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	24/12/2009	06/10/2010
Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia e Ministério da Cultura do Brasil através da Agência Nacional do Cinema do Brasil nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas	13/10/2005	13/10/2005	26/10/2005
Acordo para a Proteção de Informação Classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	31/10/2008	Situação especial
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	08/04/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais	11/07/2003	19/10/2003	24/07/2003
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes	11/07/2003	03/10/2004	24/07/2003
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	03/01/2007	09/03/2007
Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	18/02/2002

Convênio entre o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	05/09/2001	05/10/2001	18/02/2002
Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	12/03/2002
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço	05/09/2001	28/11/2004	04/02/2005
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	05/09/2001	23/03/2006	03/05/2006
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	14/11/2001
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	22/04/2000	05/09/2001	20/09/2001
Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões.	17/04/1999		Em Ratificação
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países	17/04/1999		Tramitação Congresso Nacional
Acordo Relativo à Isenção de Vistos.	15/04/1996	25/01/1997	06/02/1997
Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular, aos seus Nacionais em Terceiros Países.	03/07/1995	20/07/1997	25/07/1997
Acordo para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro.	07/05/1991	23/08/1993	14/11/1994
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal.	07/05/1991	01/12/1994	01/12/1994

Tratado de Extradicação	07/05/1991	01/12/1994	05/12/1994
Ajuste Administrativo ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social	07/05/1991	25/03/1995	28/04/1995
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social	07/05/1991	25/03/1995	18/04/1995
Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	07/05/1991	25/04/1994	05/04/1994
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	07/05/1991	20/04/1994	05/07/1994
Acordo de Cooperação para a Redução da Procura Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas.	07/05/1991	18/06/1995	11/09/1995
Acordo Quadro de Cooperação.	07/05/1991	07/07/1995	19/07/1995
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	05/05/1986	06/03/1990	13/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Convênio entre CNPq do Brasil e o Instituto de Investimento Tropical (IICT) de Portugal.	07/04/1983	07/04/1983	29/04/1983
Acordo de Co-Produção Cinematográfica.	03/02/1981	04/06/1985	17/06/1985
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	03/02/1981	17/06/1982	12/06/1982
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.	03/02/1981	04/05/1982	20/05/1982
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.	23/05/1978	23/09/1980	22/10/1980
Convênio sobre Radioamadorismo.	17/03/1972	17/03/1972	11/01/1973
Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses.	07/09/1971	22/04/1972	14/04/1972
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.	22/04/1971	10/10/1971	26/10/1971
Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 07 de setembro de 1966.	22/04/1971	10/09/1971	24/09/1971
Acordo de Previdência Social	17/10/1969	01/12/1970	07/12/1970
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira de ambos os Estados	29/05/1969	29/05/1969	26/12/1969

Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/09/1966	16/12/1967	18/01/1968
Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos	18/06/1965	21/03/1968	16/04/1968
Tratado de Amizade e Consulta	16/11/1953	04/01/1955	19/01/1955
Acordo de Cooperação Intelectual	06/12/1948	25/01/1951	01/03/1951
Acordo para Aplicação da Tarifa Postal Interna aos Objetos de Correspondência a Permutar entre os Dois Países	30/04/1942	03/05/1942	28/07/1942
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística	26/09/1922	09/04/1924	12/04/1924
Convenção de Arbitramento	25/03/1909	29/05/1911	07/03/1912

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior de Portugal US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	44,78	15,8%	70,71	10,6%	115,48	12,6%	-25,93
2007	52,48	17,2%	82,27	16,3%	134,75	16,7%	-29,78
2008	57,25	9,1%	94,55	14,9%	151,80	12,7%	-37,31
2009	44,25	-22,7%	71,81	-24,1%	116,06	-23,5%	-27,56
2010	49,41	11,7%	77,68	8,2%	127,10	9,5%	-28,27
2011	59,59	20,6%	82,92	6,7%	142,51	12,1%	-23,34
2012	58,14	-2,4%	72,51	-12,6%	130,65	-8,3%	-14,37
2013	62,79	8,0%	75,71	4,4%	138,51	6,0%	-12,92
2014	63,89	1,7%	78,29	3,4%	142,18	2,7%	-14,41
2015	55,27	-13,5%	66,66	-14,9%	121,93	-14,2%	-11,39
2016(jan-mar)	13,16	-3,9%	15,84	-1,0%	28,96	-2,4%	-2,68
Var. % 2006-2015	23,4%	--	-5,7%	--	5,6%	--	n.c.

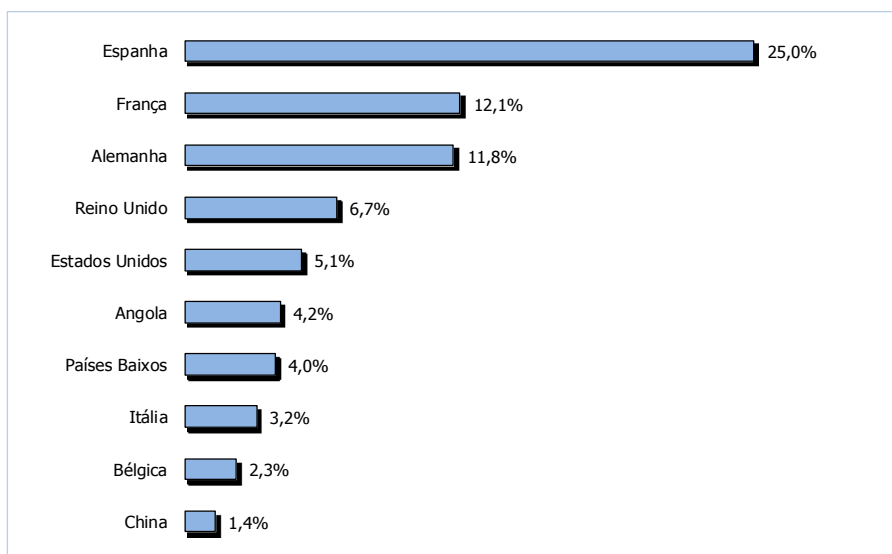
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

Direção das exportações de Portugal
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Espanha	13,83	25,0%
França	6,70	12,1%
Alemanha	6,55	11,8%
Reino Unido	3,70	6,7%
Estados Unidos	2,85	5,1%
Angola	2,33	4,2%
Países Baixos	2,21	4,0%
Itália	1,76	3,2%
Bélgica	1,26	2,3%
China	0,76	1,4%
...		
<i>Brasil (12ª posição)</i>	<i>0,63</i>	<i>1,1%</i>
Subtotal	42,59	77,1%
Outros países	12,68	22,9%
Total	55,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

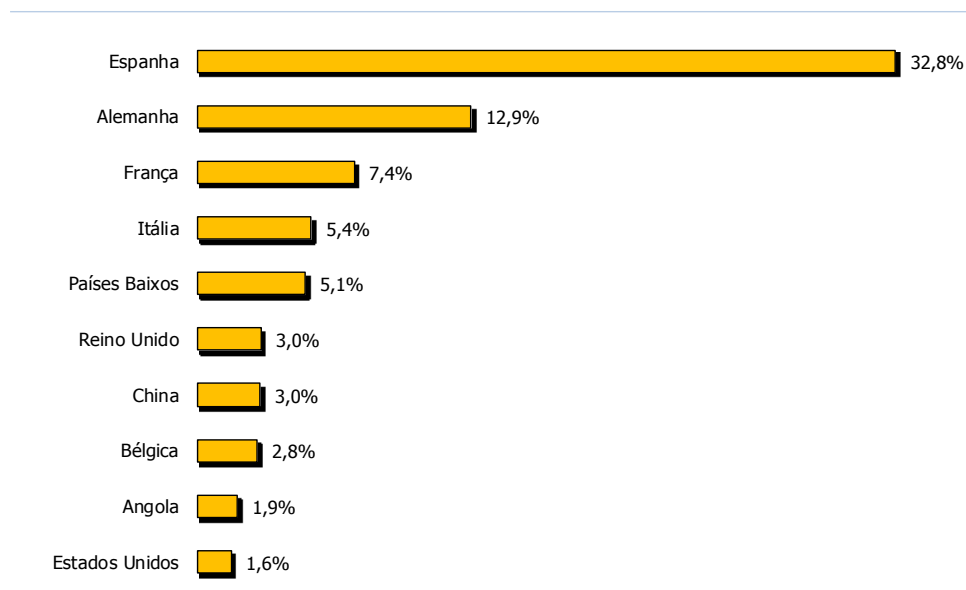


Origem das importações de Portugal
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Espanha	21,88	32,8%
Alemanha	8,60	12,9%
França	4,92	7,4%
Itália	3,58	5,4%
Países Baixos	3,39	5,1%
Reino Unido	2,01	3,0%
China	1,98	3,0%
Bélgica	1,88	2,8%
Angola	1,26	1,9%
Estados Unidos	1,07	1,6%
Brasil (11ª posição)	0,95	1,4%
Subtotal	51,52	77,3%
Outros países	15,14	22,7%
Total	66,66	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

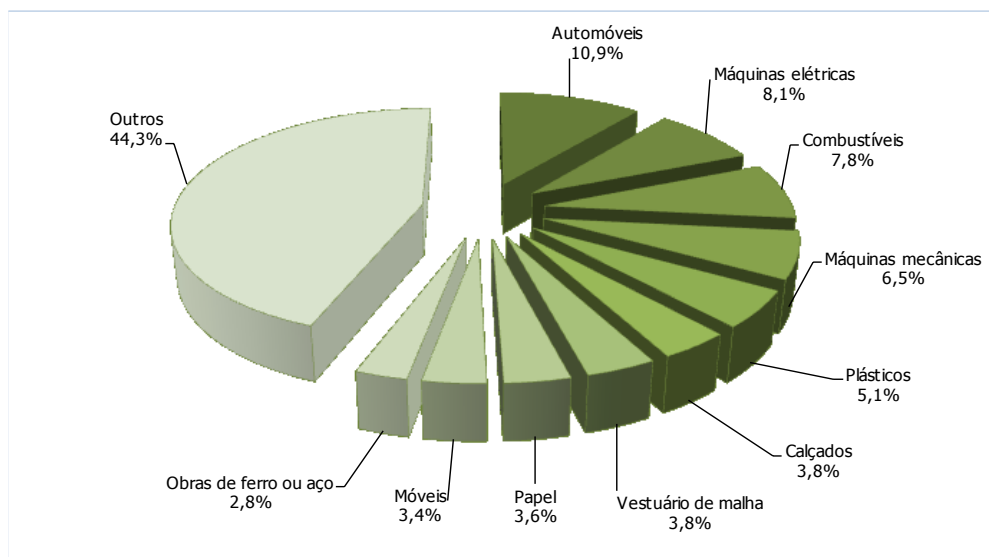


Composição das exportações de Portugal
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Automóveis	6,00	10,9%
Máquinas elétricas	4,45	8,1%
Combustíveis	4,30	7,8%
Máquinas mecânicas	3,60	6,5%
Plásticos	2,83	5,1%
Calçados	2,12	3,8%
Vestuário de malha	2,10	3,8%
Papel	1,97	3,6%
Móveis	1,88	3,4%
Obras de ferro ou aço	1,55	2,8%
Subtotal	30,80	55,7%
Outros	24,47	44,3%
Total	55,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

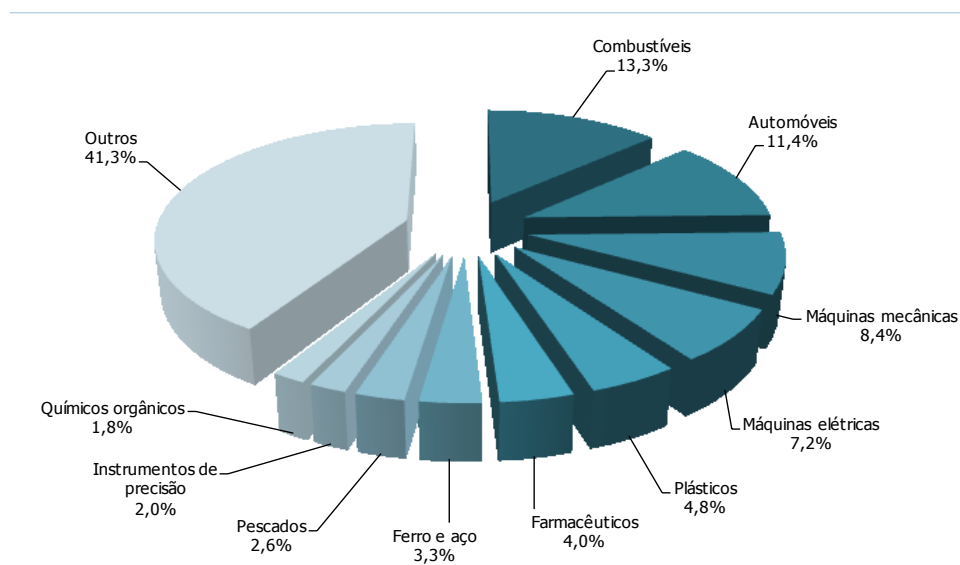


Composição das importações de Portugal
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	8,84	13,3%
Automóveis	7,60	11,4%
Máquinas mecânicas	5,58	8,4%
Máquinas elétricas	4,82	7,2%
Plásticos	3,22	4,8%
Farmacêuticos	2,63	4,0%
Ferro e aço	2,18	3,3%
Pescados	1,77	2,6%
Instrumentos de precisão	1,32	2,0%
Químicos orgânicos	1,18	1,8%
Subtotal	39,14	58,7%
Outros	27,52	41,3%
Total	66,66	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

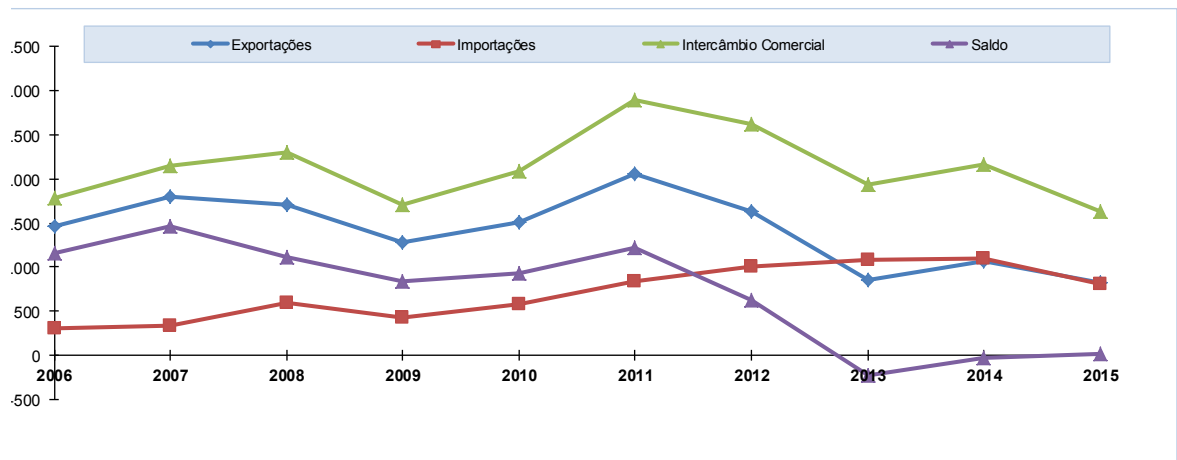
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Portugal
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	1.468	43,8%	1,07%	313	34,6%	0,34%	1.781	42,1%	0,78%	1.156
2007	1.805	22,9%	1,12%	341	9,1%	0,28%	2.146	20,5%	0,76%	1.464
2008	1.707	-5,4%	0,86%	599	75,5%	0,35%	2.305	7,4%	0,69%	1.108
2009	1.277	-25,2%	0,83%	435	-27,4%	0,34%	1.711	-25,8%	0,61%	842
2010	1.508	18,1%	0,75%	581	33,6%	0,32%	2.089	22,0%	0,54%	928
2011	2.055	36,3%	0,80%	836	43,9%	0,37%	2.891	38,4%	0,60%	1.219
2012	1.625	-20,9%	0,67%	999	19,5%	0,45%	2.624	-9,2%	0,56%	626
2013	854	-47,4%	0,35%	1.088	8,9%	0,45%	1.942	-26,0%	0,40%	-233
2014	1.060	24,1%	0,47%	1.096	0,8%	0,48%	2.157	11,0%	0,47%	-36
2015	822	-22,5%	0,43%	810	-26,1%	0,47%	1.632	-24,3%	0,45%	12
2016 (jan-mai)	282	-5,2%	0,15%	241	-32,6%	1,23%	523	-20,2%	0,41%	40
Var. % 2006-2015	-44,0%	--	--	159,1%	--	--	-8,4%	--	--	n.c.

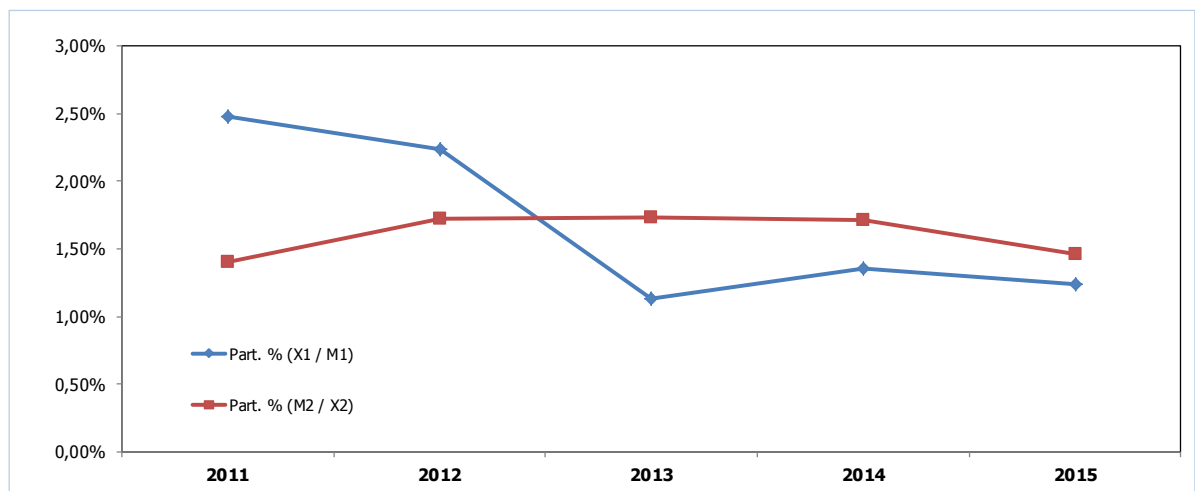
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio de Portugal
US\$ milhões

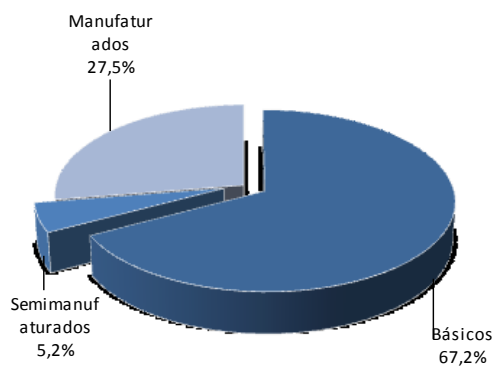
Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011-2015
Exportações do Brasil para Portugal (X1)	2.055	1.625	854	1.060	822	-60,0%
Importações totais de Portugal (M1)	82.924	72.506	75.714	78.295	66.658	-19,6%
Part. % (X1 / M1)	2,48%	2,24%	1,13%	1,35%	1,23%	-50,2%
Importações do Brasil originárias de Portugal (M2)	836	999	1.088	1.096	810	-3,1%
Exportações totais de Portugal (X2)	59.588	58.141	62.794	63.886	55.271	-7,2%
Part. % (M2 / X2)	1,40%	1,72%	1,73%	1,72%	1,47%	4,5%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações de Portugal e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

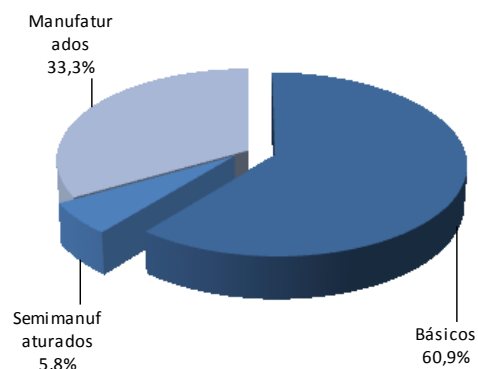


Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

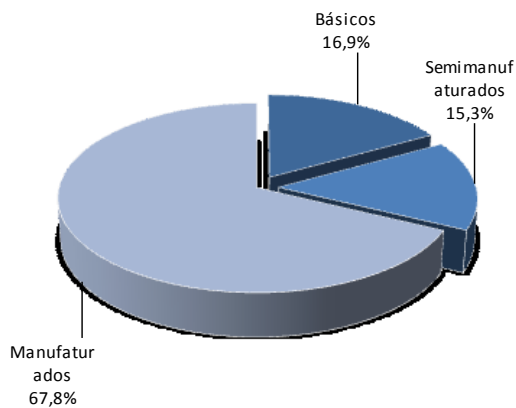


2015

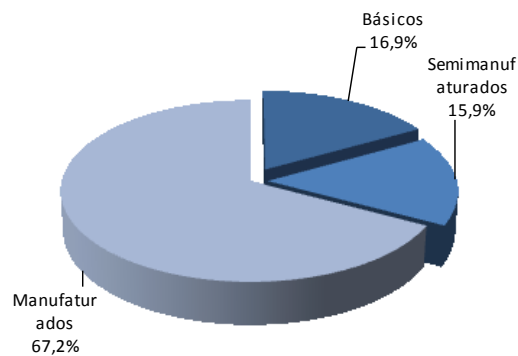


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

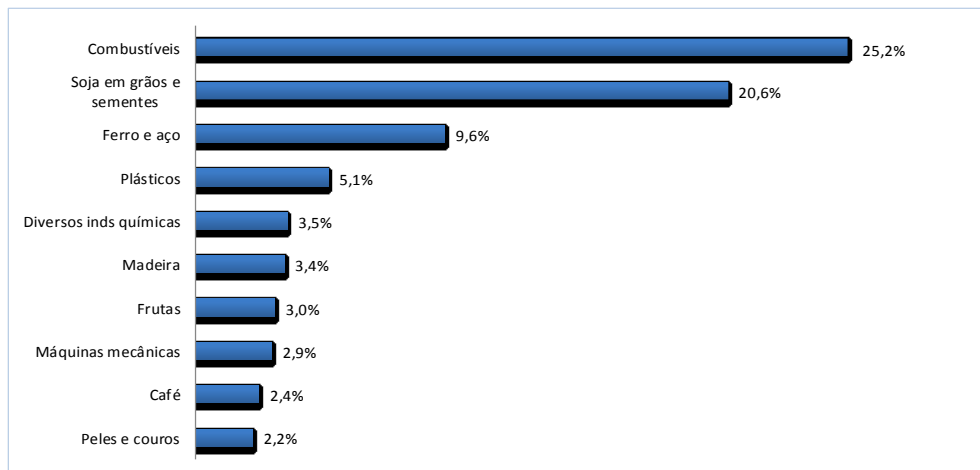
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para Portugal
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	180	21,1%	425	40,1%	207	25,2%
Soja em grãos e sementes	106	12,4%	164	15,5%	169	20,6%
Ferro e aço	10	1,2%	78	7,4%	79	9,6%
Plásticos	34	4,0%	27	2,5%	42	5,1%
Diversos inds químicas	24	2,8%	30	2,8%	29	3,5%
Madeira	12	1,4%	21	2,0%	28	3,4%
Frutas	22	2,6%	25	2,4%	25	3,0%
Máquinas mecânicas	27	3,2%	31	2,9%	24	2,9%
Café	18	2,1%	23	2,2%	20	2,4%
Peles e couros	28	3,3%	25	2,4%	18	2,2%
Subtotal	461	54,0%	849	80,1%	641	78,0%
Outros produtos	393	46,0%	211	19,9%	181	22,0%
Total	854	100,0%	1.060	100,0%	822	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

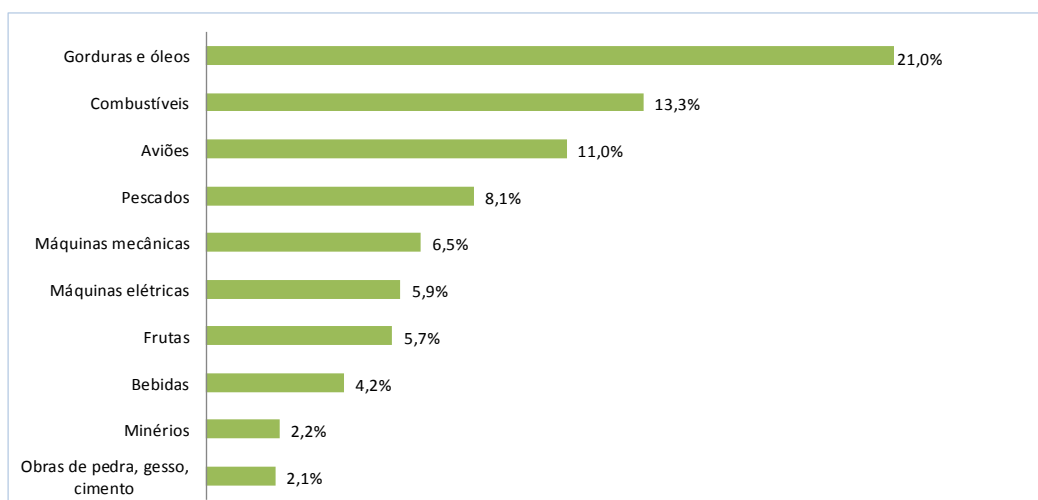


Composição das importações brasileiras originárias de Portugal
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gorduras e óleos	231	21,2%	221	20,2%	170	21,0%
Combustíveis	80	7,4%	140	12,8%	108	13,3%
Aviões	22	2,0%	77	7,0%	89	11,0%
Pescados	97	8,9%	98	8,9%	66	8,1%
Máquinas mecânicas	111	10,2%	129	11,8%	53	6,5%
Máquinas elétricas	99	9,1%	72	6,6%	48	5,9%
Frutas	38	3,5%	58	5,3%	46	5,7%
Bebidas	37	3,4%	39	3,6%	34	4,2%
Minérios	25	2,3%	20	1,8%	18	2,2%
Obras de pedra, gesso, cimento	21	1,9%	25	2,3%	17	2,1%
Subtotal	761	70,0%	879	80,2%	649	80,1%
Outros produtos	327	30,0%	217	19,8%	161	19,9%
Total	1.088	100,0%	1.096	100,0%	810	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2016
Exportações					
Soja em grãos e sementes	98	32,9%	47	16,7%	Soja em grãos e sementes 16,7%
Combustíveis	47	15,8%	43	15,3%	Combustíveis 15,3%
Ferro fundido	12	4,0%	33	11,7%	Ferro fundido 11,7%
Plásticos	14	4,7%	16	5,7%	Plásticos 5,7%
Madeira	12	4,0%	15	5,3%	Madeira 5,3%
Frutas	10	3,4%	14	5,0%	Frutas 5,0%
Café	10	3,4%	10	3,5%	Café 3,5%
Cereais	0	0,0%	9	3,2%	Cereais 3,2%
Açúcar	0	0,0%	8	2,8%	Açúcar 2,8%
Diversos inds químicas	8	2,7%	8	2,8%	Diversos inds químicas 2,8%
Subtotal	211	71,0%	203	72,0%	
Outros produtos	86	29,0%	79	28,0%	
Total	297	100,0%	282	100,0%	

Grupos de Produtos	2 0 1 5 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2016
Importações					
Gorduras e óleos	70	19,5%	52	21,5%	Gorduras e óleos 21,5%
Aviões	32	8,9%	47	19,5%	Aviões 19,5%
Pescados	36	10,0%	31	12,8%	Pescados 12,8%
Frutas	20	5,6%	19	7,9%	Frutas 7,9%
Máquinas elétricas	24	6,7%	16	6,6%	Máquinas elétricas 6,6%
Máquinas mecânicas	22	6,1%	14	5,8%	Máquinas mecânicas 5,8%
Bebidas	12	3,3%	9	3,7%	Bebidas 3,7%
Obras de pedra, cimento	7	2,0%	6	2,5%	Obras de pedra, cimento 2,5%
Plásticos	4	1,1%	4	1,7%	Plásticos 1,7%
Vestuário de malha	3	0,8%	4	1,7%	Vestuário de malha 1,7%
Subtotal	230	64,2%	202	83,7%	
Outros produtos	128	35,8%	39	16,3%	
Total	358	100,0%	241	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.